

RICARDO NORONHA

“A Banca ao Serviço do Povo”

Política e Economia durante o PREC
(1974–75)

“A Banca ao Serviço do Povo”

Política e Economia durante o PREC
(1974–75)

IMPRENSA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

<http://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt>

Conselho Editorial

Paulo Jorge Fernandes (Coord.)

Luís Trindade

Álvaro Garrido

Maria João Vaz

Maria Alexandre Lousada

Coordenação executiva

Bruno Bêu

Inês Castaño

Ivo Veiga

1ª edição: Novembro 2018

© 2018 Ricardo Noronha

Revisão

Bruno Bêu

Design

Raquel Pinto, *design e direcção de arte*

Ana Braga, *design*

ISBN: 978-989-98388-8-8



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

Versão impressa da responsabilidade de
Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Tiragem

200 exemplares

RICARDO NORONHA

“A Banca ao Serviço do Povo”

Política e Economia durante o PREC
(1974–75)

ÍNDICE

| | |
|--------------------------|---|
| Agradecimentos | vii |
| Introdução | ix |
| 1 | Antes da revolução 27 |
| 1.1 | O modelo português de subdesenvolvimento 27 |
| 1.2 | Os dois tempos do “Marcelismo”. 43 |
| 2 | As lutas sociais a seguir ao 25 de Abril 63 |
| 2.1 | Um surto grevista sem precedentes 65 |
| 2.2 | O PCP e a Intersindical: moderação táctica, avanços estratégicos . . 73 |
| 2.3 | Um verdadeiro estado de excepção 81 |
| 3 | O Consulado Spinolista. 85 |
| 3.1 | A coligação provisória. 85 |
| 3.2 | A banca e a política económica 90 |
| 3.3 | As movimentações no campo patronal 101 |
| 3.4 | Uma “normalização” impossível 104 |
| 4 | O 28 de Setembro 117 |
| 4.1 | O Partido da Ordem 117 |
| 4.2 | Uma conspiração da alta finança? 124 |
| 4.3 | O General no seu labirinto 128 |
| 5 | Governar a economia 135 |
| 5.1 | Em busca de um plano: a “via socializante”. 136 |
| 5.2 | “A orquestra da sabotagem económica”. 142 |
| 5.3 | O Banco de Portugal e a fiscalização da banca comercial. 155 |
| 5.4 | Um inverno de descontentamento 163 |
| 6 | O 11 de Março 173 |
| 6.1 | “Vários grupos a conspirar”: o golpe palaciano de Spínola. 174 |
| 6.2 | De Madrid a Tancos — a “matança da páscoa” 178 |
| 6.3 | “Vai ser uma limpeza completa” 183 |
| 6.4 | “O dobre de finados dos grandes grupos monopolistas”. 190 |

| | | |
|------|--|-----|
| 7 | A via portuguesa para o socialismo | 197 |
| 7.1 | Destapar os segredos do grande capitalismo | 198 |
| 7.2 | “Reconstruir a economia por via do socialismo” | 208 |
| 7.3 | “Quem passa a mandar na economia?” | 214 |
| 7.4 | “Qual é o valor da tua ferramenta?” | 221 |
| 8 | A banca ao serviço do povo. | 233 |
| 8.1 | O poder sindical na banca nacionalizada. | 233 |
| 8.2 | Uma revolução a crédito | 236 |
| 8.3 | Rentabilidade e liquidez | 247 |
| 8.4 | A banca nacionalizada face ao exterior | 253 |
| 8.5 | A reestruturação do sistema bancário | 258 |
| 9 | O “Verão Quente” de 1975 | 267 |
| 9.1 | O grande cisma à esquerda | 267 |
| 9.2 | A crise político-militar | 276 |
| 9.3 | A via moderada para o socialismo | 283 |
| 9.4 | Os bancários no olho do furacão | 289 |
| 10 | O processo contra-revolucionário | 303 |
| 10.1 | Lei e Ordem: do “Verão Quente” ao 25 de Novembro | 304 |
| 10.2 | A contra-revolução nas finanças | 318 |
| 10.3 | “Contra as manobras da Intersindical” | 325 |
| 10.4 | Relatórios e contas: o balanço da revolução | 331 |
| | Conclusão. | 339 |
| | Bibliografia. | 347 |

AGRADECIMENTOS

Este livro corresponde a uma versão compacta — e porventura mais consistente — da tese que defendi em Dezembro de 2011, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito das provas para a obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea. O texto original, com mais de quinhentas páginas e tendo como título *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*, resultou de uma investigação iniciada no longínquo ano de 2005, no âmbito do Mestrado em História do Século XX. Devo por isso agradecer, antes de mais, ao meu Professor Fernando Rosas, por me ter desafiado a converter uma comunicação oral num projecto de investigação de Doutoramento. Como se isso não bastasse, o mesmo Fernando Rosas orientou, ao longo dos quatro anos seguintes, a pesquisa que está na base deste livro, comentando os seus resultados preliminares e aconselhando-me quanto à estrutura final da dissertação, sem nunca, em momento algum, me retirar a liberdade (e a responsabilidade) de decidir quanto à sua forma e conteúdo. Fico-lhe por isso eternamente obrigado.

Defender uma tese é uma tarefa exigente, capaz de pôr à prova os nervos e a confiança de qualquer um. Tive a enorme sorte de beneficiar da generosidade intelectual dos membros do júri, cujos comentários assertivos muito contribuíram para a reformulação de vários argumentos e formulações do texto original. Agradeço por isso a José Reis (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), a Diego Palácios Cerezales (Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidade Complutense de Madrid), a João Rodrigues (CES/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), a José Brandão de Brito (ISEG/UTL) e a Manuel Villaverde Cabral (ICS/UL). Naturalmente, nenhum deles é responsável pelo que de menos conseguido este trabalho possa ter, cabendo a responsabilidade por eventuais erros única e exclusivamente ao seu autor.

Este livro pretende contribuir para o conhecimento de um dos períodos mais turbulentos da história portuguesa no século XX. Escrevi-o com o propósito de esclarecer diversos problemas relacionados com a nacionalização da banca, seguindo as regras metodológicas básicas que regem o campo historiográfico, no sentido de apresentar a todo e qualquer leitor

elementos que lhe permitam formar uma opinião mais informada e rigorosa acerca do que aconteceu em 1974-75. Gostaria por isso de destacar o ambiente de liberdade intelectual, suportado num debate franco e exigente, prevalecente no Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH, agradecendo aos e às colegas que comigo trabalham, com destaque para o Luís Trindade, sem o qual, muito provavelmente, jamais me teria ocorrido a possibilidade de vir a ser historiador.

Sendo este um trabalho académico, não quero em todo o caso deixar de referir a importância das discussões que tive noutro tipo de ambientes, dos mais lúdicos aos mais subversivos, sem os quais o meu entendimento do mundo seria certamente mais pobre. Para aquelas e aqueles com quem me cruzei, em conspirações interrompidas mas de modo algum abandonadas, aqui fica um abraço cúmplice. Estou certo de que os nossos encontros e desencontros ainda não chegaram ao fim, uma vez que os tempos interessantes em que vivemos aí estão, para nos desafiar a correr o risco de tentar e falhar, tentar novamente e falhar novamente, com a ambição de o fazer cada vez melhor.

Para o fim ficou apenas o mais importante. Ao meu lado desde que eu me lembro, sem a Sara nada disto faria sentido ou teria a mínima importância. Quanto à minha mãe, trabalhadora da banca, basta dizer que foi para ela que escrevi este livro e, mesmo havendo dívidas que nunca poderão ser saldadas, aqui fica como penhor de tudo o que lhe devo. A ela e a toda a minha família, muito obrigado.

Introdução

Não são poucas as dificuldades que se colocam quando, à distância de quatro décadas, se procura resgatar ao esquecimento os tumultuosos acontecimentos que deram forma ao processo revolucionário de 1974-75. É desde logo necessário persuadir o leitor a suspender a sua descrença, face à sucessão de insólitas ocorrências que caracterizaram esse tempo quase ficcional, habitado por personagens vagamente surreais, no qual a custo se identificam as origens do regime político em que vivemos. E, no entanto, aí estão as primeiras linhas de um documento que os anos tornaram quase irreconhecível, para nos lembrar que algo extraordinário ocorreu numa madrugada longínqua:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.¹

É matéria de facto que, no dia 14 de Março de 1975, um organismo político-militar criado na assembleia do Movimento das Forças Armadas, o Conselho da Revolução, decidiu nacionalizar o sistema bancário, dando início a um processo que se estenderia a diversos sectores de actividade económica. Mas se uma simples consulta ao *Diário da República* permite constatar essa evidência, nem por isso o Decreto-Lei n.º 132-A/75 deixa de suscitar uma interrogação óbvia: por que razão uma medida que não constava do Programa do Movimento das Forças Armadas, nem estava no horizonte imediato do Governo Provisório, obteve um apoio tão alargado e duradouro, ao ponto de ter sido inscrita na Constituição enquanto uma conquista irreversível da classe trabalhadora?

Este livro procura responder a essa pergunta dando conta de uma história que não começou nem acabou no dia 14 de Março de 1975. Desde logo, uma breve incursão pelas fontes sugere que os efeitos da decisão do Conselho da Revolução não ficaram circunscritos à esfera financeira. O General Costa Gomes, Presidente da República, definiu-a como “a mais revolucionária lei alguma vez promulgada neste país”; Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, não hesitou

1 Victor Silva Lopes, *Constituição da República Portuguesa 1976 (anotada)* (Lisboa: Editus, 1976), 11.

em celebrar “o dobre de finados dos grupos monopolistas”; Marcelo Rebelo de Sousa, editor do *Expresso*, sublinhou que se iniciava “uma nova fase do processo revolucionário, que poderemos chamar de período das opções socialistas”; o filósofo Eduardo Lourenço foi um pouco mais longe, descrevendo a nacionalização da banca enquanto um “passo histórico irreversível” e um “momento exaltante do acidentado destino português”.²

Se estas palavras tão carregadas parecem convergir na identificação da nacionalização da banca enquanto uma viragem histórica, a introdução ao Decreto-Lei n.º 132-A/75 oferece-nos algumas pistas adicionais para compreender algumas das suas implicações. O diploma define a banca enquanto um “elemento ao serviço dos grandes grupos monopolistas” e uma “alavanca fundamental de comando da economia”, sustentando que os “acontecimentos de 11 de Março” revelaram a necessidade de “medidas imediatas no campo do controle efectivo do poder económico”. Identifica em seguida a sua nacionalização enquanto condição para uma “política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras”. Finamente, sublinha a necessidade de ter em conta “a capacidade demonstrada pelos trabalhadores da banca na fiscalização e controle do respectivo sector de actividade”³. Mas se esta leitura vem esclarecer alguns aspectos, não deixa igualmente de suscitar outras tantas interrogações: o que eram os “grandes grupos monopolistas” e porque correspondia a banca a uma “alavanca fundamental de comando da economia”? Qual a relação entre os “acontecimentos de 11 de Março” e a necessidade de controlar o “poder económico”? O que significaria uma “política económica antimonopolista” e porque deveria ser tida em conta a capacidade demonstrada pelos trabalhadores da banca na fiscalização e controlo do sector?

O campo de problemas colocado por estas interrogações convida-nos a desenvolver uma hipótese interpretativa que vá para lá da esfera estritamente económica, capaz de abarcar um pano de fundo mais amplo, composto por fenómenos situados a jusante e a montante do sistema bancário. Nesse sentido, e ainda que o tom épico do preâmbulo da Constituição nos convide a identificar o Movimento das Forças Armadas enquanto o protagonista decisivo deste enredo, torna-se necessário

2 Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes. O Último Marechal* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 277; Álvaro Cunhal, *Discursos Políticos III* (Lisboa: Ed. Avante!, 1975), 166; Marcelo Rebelo de Sousa, “Qual a opção socialista possível?”, *Expresso*, 25 de Abril, 1975, 2; Eduardo Lourenço, “Socialismo crítico ou ditadura: à margem de um Portugal nu”, *Expresso*, 10 de Maio, 1975, 10.

3 *Diário do Governo*, n.º 62, 1.º Suplemento, Série I, 14 de Março, 1975.

acrescentar-lhes outros actores — como os partidos políticos ou as organizações sindicais — e ter em consideração outros factores de causalidade — como o impacto da crise mundial e as movimentações no campo patronal — para compreender a decisão tomada pelo Conselho da Revolução.

A narrativa construída ao longo deste livro tem como centro de gravidade a relação entre conflitos sociais e transformações económicas, articulando os desenvolvimentos na esfera político-institucional com a mobilização colectiva nos locais de trabalho. Nesse sentido, procura analisar o modo como as lutas sociais contribuíram para um processo de radicalização cumulativa iniciado no final do Estado Novo e que ganhou intensidade crescente ao longo do processo revolucionário. Simultaneamente, tenta compreender por que razão o diagnóstico da situação económica veio polarizar o combate político, cartografando as linhas de força de um debate que conheceu sucessivas declinações e abrangeu aspectos tão diversos como a inflação, a contratação colectiva, a legislação laboral ou as relações de propriedade.

Não foi por acaso que a banca desempenhou neste contexto um papel central. Por um lado, uma vez que as maiores instituições de crédito pertenciam, como sublinhava o Decreto-Lei n.º 132-A/75, aos “grandes grupos monopolistas”, o seu controlo ampliava significativamente a esfera de influência de um pequeno círculo de empresários, proporcionando-lhes um enorme poder de decisão sobre o conjunto da economia portuguesa. Por outro lado, o facto de os trabalhadores bancários terem revelado uma particular propensão para a mobilização colectiva durante o Marcelismo e depois, com intensidade crescente, ao longo do processo revolucionário, converteu a banca num ponto crítico do conflito entre trabalho e capital. Essa dimensão, simultaneamente política e económica, tornou-se particularmente evidente após o 25 de Abril, quando a concessão de crédito por parte da banca comercial se tornou objecto de um intenso debate na esfera pública, com os sindicatos a atribuir aos banqueiros propósitos de desestabilização política associados à prática de “sabotagem económica”. Na sequência da nacionalização, por sua vez, as estruturas improvisadas para gerir a banca procuraram subordinar a utilização dos recursos financeiros a uma “política económica antimonopolista”, contando para esse efeito com o empenho das organizações sindicais. Colocar “a banca ao serviço do povo” converteu-se assim num desígnio partilhado por governantes, sindicalistas e militares do MFA, dando forma a uma breve experiência de “transição socialista”, cujos ecos se faziam sentir no texto da Constituição aprovada a 2 de Abril de 1976.

Nesse contexto, as sucessivas oscilações da política de crédito traduziram, em cada momento, a correlação de forças prevalecente no interior do MFA e do Governo Provisório, bem como a escala e a profundidade das transformações projectadas para a sociedade portuguesa. Mas, simultaneamente, o funcionamento do sistema bancário também contribuiu para moldar essa correlação de forças, delimitando as condições de possibilidade das transformações económicas. Assim sendo, a melhor forma de compreender o caso da banca é inseri-lo no contexto geral do processo revolucionário, relacionando-o com aspectos tão diversos como as movimentações sindicais, as disputas entre diferentes facções do MFA ou o combate político-partidário.

*

Se qualquer interpretação do passado apresenta desafios, a memória colectiva do processo revolucionário confronta o historiador com linhas de divisão particularmente carregadas. Correspondendo ao momento fundador do regime democrático e a um dos mais turbulentos períodos da história portuguesa, a sua reevocação tende a cristalizar-se em argumentos irreduzíveis e afirmações taxativas, reproduzindo frequentemente as clivagens que caracterizaram o período. Por outro lado, a sua relativa proximidade cronológica contribuiu para que se tenha convertido inicialmente em objecto de abordagem de outras disciplinas, como a Ciência Política ou a Sociologia, sendo relativamente recente a sua consolidação historiográfica. Deixando por agora de lado os testemunhos e as recolhas documentais, que suportarão algumas das hipóteses interpretativas esboçadas ao longo deste livro, importa assinalar nesta introdução o estado da arte no que diz respeito ao estudo do processo revolucionário.

Um primeiro esforço de problematização dos conflitos sociais nas empresas foi levado a cabo por um colectivo de investigadores universitários da área da Sociologia, sendo complementado por trabalhos posteriores publicados na revista *Análise Social*.⁴ Alguns anos depois, José

4 Maria de Lourdes Lima Santos *et al.*, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Vol.1 (Porto: Afrontamento, 1976); José C. Silva Pereira *et al.*, “Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? — Estudo de caso numa empresa intervencionada”, *Análise Social*, Vol. XIII, n.º 50 (1977): 355-418; Marinús Pires de Lima *et al.*, “A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos”, *Análise Social*, Vol. XIII, n.º 52 (1977): 829-899; Maria de Fátima Patriarca, “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, Vol. XIV, n.º 56 (1978): 695-712.

Medeiros Ferreira publicou um dos primeiros ensaios interpretativos sobre o que chamou o “período pré-constitucional”, formulação que exprimia já, num certo sentido, a dimensão problemática da caracterização dos meses posteriores ao 25 de Abril.⁵ Quando o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra realizou, em Dezembro de 1984, um colóquio dedicado às transformações verificadas na sociedade portuguesa ao longo dos dez anos anteriores, Boaventura de Sousa Santos avançou a designação de “crise revolucionária” para caracterizar o período de 1974-75, assinalando a relação entre a crise de hegemonia da “burguesia industrial-financeira” e a ruptura ao nível do Estado, sem deixar de destacar a importância do que considerou ser o movimento social popular “mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra”.⁶ Nos anos seguintes continuaram a surgir estudos sobre aspectos específicos do processo revolucionário, assentes na consulta de fontes documentais, para além de terem sido publicadas memórias e testemunhos de alguns dos principais protagonistas políticos e militares do período, acrescentando novos elementos para reconsiderar a sua interpretação.⁷ O interesse suscitado pela revolução portuguesa junto de investigadores universitários estrangeiros — nomeadamente o dinamismo e impacto dos movimentos sociais — deu ainda origem, ao longo da década de 1980, a alguns dos trabalhos mais interessantes acerca do processo

5 José Medeiros Ferreira, *Histórico sobre o Período Pré-Constitucional* (Lisboa: INCM-SREC da Região Autónoma dos Açores, 1985).

6 Boaventura de Sousa Santos, “A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14 (1984): 7-29.

7 Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para Uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares* (Lisboa: INCM, 1985); António Barreto, *Anatomia de uma Revolução: A Reforma Agrária, 1974-1976* (Lisboa: Europa-América, 1987); Maria João Avillez, *Do Fundo da Revolução* (Lisboa: Público, 1994); Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)* (Lisboa: Bertrand, 1995); Maria João Avillez, *Soares: Ditadura e Revolução* (Lisboa: Público, 1996); Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução (a Contra-revolução Confessa-se)* (Lisboa: Edições Avante!, 1999); Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: o Último Marechal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998); Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002); Maria Manuela Cruzeiro, *Ernesto Melo Antunes: o Sonhador Pragmático* (Lisboa: Editorial Notícias, 2005); Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço: Do Interior da Revolução* (Lisboa: Âncora, 2009).

revolucionário português.⁸ Duas obras colectivas vieram reunir trabalhos de investigação realizados já na década de 1990 e acrescentar um novo fôlego ao conhecimento do período: em 1999, com a publicação das actas de um curso livre organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Fundação Mário Soares; em 2001, com a publicação de uma obra colectiva coordenada por José Maria Brandão de Brito.⁹

À medida que se desenvolveram os trabalhos de investigação sobre o processo revolucionário português, verificou-se a tendência para a sua inscrição na área dos “estudos das transições para a democracia” (também designada como “transitologia”), fortemente influenciada pela ideia de uma “terceira vaga de democratização” decorrida entre os meados da década de Setenta e o início da década de Noventa, da qual a queda da ditadura em Portugal teria sido precursora.¹⁰ Esta perspectiva comparativa tem o inquestionável mérito de inserir os acontecimentos portugueses num contexto transnacional, mas a sua grelha interpretativa tende a circunscrever o agenciamento histórico às “elites políticas”, ao mesmo tempo que desvaloriza a dinâmica específica de cada processo de democratização, inscrevendo-os a todos num ciclo temporal único.¹¹ Mais concretamente, como assinalou Keneth Maxwell na introdução a um estudo essencial sobre o período, esta abordagem tende a ocultar as

- 8 Nancy Bermeo, *Revolution within the Revolution: Worker's Control in Rural Portugal* (Princeton: Princeton University Press, 1986); Martin Kayman, *Revolution and Counter-Revolution in Portugal* (Londres: Merlin Press, 1987); John L. Hammond, *Building Popular Power: Worker's and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1988); Charles Downs, *Revolution at the Grassroots: Community Organization Revolution* (Albany: The State University of New York, 1989); Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993); David Corkill, *The Portuguese Economy Since 1974* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1994); Kenneth Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995).
- 9 Fernando Rosas, ed., *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-76)* (Lisboa: Colibri, 1999); José Maria Brandão de Brito, ed., *O País em Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2001).
- 10 Samuel Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman: Oklahoma University Press, 1991); Juan Linz, *Autoritarismo e Democracia* (Lisboa: Livros Horizonte, 2015).
- 11 António Costa Pinto, “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976)” in *O País em Revolução*, ed. José Maria Brandão de Brito (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), 359-384; Phillipe C. Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

particularidades do caso português, desvalorizando o facto de este ter correspondido, em simultâneo, a uma revolução e a um processo de transição para a democracia.¹²

No que diz respeito ao tema específico das nacionalizações, existem abordagens de natureza muito variada. Diversos trabalhos de índole jornalística optaram por recolher depoimentos de empresários e administradores afectados pela intervenção do Estado, elaborando com base neles um juízo fundamentalmente negativo acerca do período revolucionário.¹³ Apontando num sentido simetricamente inverso, mas revelando o mesmo afunilamento interpretativo, vários responsáveis pela política económica e pela gestão da banca nacionalizada publicaram relatos, reflexões e balanços da sua experiência.¹⁴ Alguns trabalhos elaborados no âmbito da Sociologia ou da Ciência Política têm utilizado o conceito de “cultura política”, analisando os documentos elaborados pelas organizações da oposição ao Estado Novo, no sentido de identificar as suas posições relativamente à intervenção do Estado na esfera económica.¹⁵ Existe ainda um estudo de pendor predominantemente descritivo sobre as empresas nacionalizadas, que procura sistematizar alguns dados fundamentais para analisar o seu desempenho.¹⁶ Apesar do seu inegável interesse, estas abordagens revelam uma propensão semelhante à dos “estudos sobre a transição” para circunscrever o agenciamento histórico

- 12 Kenneth Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 1-6.
- 13 Cristina Ferreira, “Da Revolução às nacionalizações”, *Público*, Suplemento de Economia, Março/Abril, 2000; Filipe Fernandes e Hermínio Santos, *Excomungados de Abril: Os Grandes Patrões no Pós-25 de Abril* (Lisboa: D. Quixote, 2005); Pedro Castro, *O Ataque aos Milionários* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2014).
- 14 João Martins Pereira, *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* (Amadora: Bertrand, 1976); Eugénio Rosa, *Portugal: Dois Anos de Revolução na Economia* (Lisboa: Diabril, 1976); Octávio Teixeira, “A Banca ao serviço do capital. A Banca ao serviço do povo”, *Economia EC*, n.º 2 (1976): 6-19; Ivo Pinho, “Sector empresarial: antes e depois do 11 de Março”, *Análise Social*, Vol. XII, n.º 47 (1976): 733-747; Celso Ferreira, “Banca nacionalizada: de onde vem, para onde vai?”, *Economia e Socialismo*, n.º 17 (1977): 27-43; Mário Murteira, *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português* (Lisboa: Presença, 1979); Carlos Gomes, *A Banca Nacionalizada: Nove Meses a Construir, Nove Anos a Destruir* (Porto: UNICEPE, 2011); Anselmo Dias, *Da Resistência Antifascista à Nacionalização da Banca* (Lisboa: Página a Página, 2015).
- 15 José Leite Viegas, *Nacionalizações e Privatizações: Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal* (Oeiras: Celta, 1996); José Barreto, “As Nacionalizações e a Oposição ao Estado Novo”, *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 151-152 (2000): 509-554.
- 16 Eric N. Baklanoff, “Breve experiência de socialismo em Portugal: o sector das empresas estatais”, *Análise Social*, Vol. XXI, n.º 138 (1996): 925-947.

às “elites”. Adicionalmente, ao incorporar na sua grelha de análise vários pressupostos da teoria económica neoclássica, tendem a retirar espessura e significado aos debates que dominaram o processo revolucionário, remetendo-os para um domínio exterior à racionalidade económica. Este livro procura, pelo contrário, identificar nesses debates o elenco de problemas e o horizonte de possibilidades que dominou a conjuntura histórica de 1974-75, de forma a reabrir a interpretação historiográfica do período. Esta é, de resto, uma área de estudos em franco desenvolvimento e têm surgido, ao longo dos últimos anos, diversos trabalhos resultantes de investigações levadas a cabo no âmbito de pós-graduações universitárias que correspondem a uma fase de amadurecimento do campo.¹⁷ É sobretudo com esses trabalhos que se procurará estabelecer um diálogo crítico, ora complementando algumas das suas conclusões, ora tentando identificar novas hipóteses interpretativas.

*

O material empírico utilizado para escrever este livro resulta da consulta de diversos fundos arquivísticos: Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Fundo do Conselho da Revolução do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Arquivo Histórico do Banco de Portugal, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Hemeroteca Municipal de Lisboa e o acervo pessoal do Dr. Carlos Gomes. Foram também utilizadas diversas

17 Diego Palácios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003); Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade (1968-1975): O Caso Rádio Renascença (1974-75)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005); Maria Inácia Rezola, *Os Militares na Revolução de Abril: O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2006); Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa* (Lisboa: Dom Quixote, 2008); Constantino Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja (1974-75)* (Lisboa: Almedina, 2008); Raquel Varela, *História do PCP na Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand, 2011); Pedro Ramos Pinto, *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974–75* (Manchester: Manchester University Press, 2013); Francisco Bairrão Ruivo, *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975* (Lisboa: Bertrand, 2015). A estas obras acrescem duas teses de mestrado por publicar: Miguel Pérez, *Abaixo a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975) o PREC (1974-75)* (Tese de Mestrado, NOVA FCSH, 2009); Filipe Silva, *A nacionalização que se deseja. Notas para uma breve história da indústria cervejeira nacional: do Estado Novo às nacionalizações revolucionárias* (Tese de Mestrado, NOVA FCSH, 2012).

fontes secundárias, bem como documentos oficiais publicados por entidades diversas, como os Governos Provisórios, o Banco de Portugal, o Movimento das Forças Armadas ou os partidos políticos. A consulta destes documentos, a maior parte dos quais de natureza burocrática, permite-nos acompanhar os debates na esfera pública, mas também os que ocorreram nos bastidores da actividade governativa. Trata-se de um amplo volume de documentação, imprescindível para conhecer de forma rigorosa diversos aspectos da actividade bancária, que inclui material relacionado com a vida interna do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa, actas das reuniões entre elementos das Comissões Administrativas da banca nacionalizada, relatórios e correspondência de diversos organismos governamentais e político-militares, bem como artigos da imprensa periódica. Desse ponto de vista, a recolha dos projectos que acabaram guardados numa gaveta, ou dos memorandos trocados entre diferentes protagonistas desta história, é imprescindível para compreender em toda a sua complexidade a economia política do processo revolucionário português. Mas uma abordagem historiográfica carece igualmente de um suporte teórico feito de hipóteses interpretativas e categorias analíticas, de forma a providenciar uma explicação dos acontecimentos e a desenvolver a partir deles um fio narrativo coerente. A esse nível, este trabalho teve como fonte de inspiração o contributo de três autores distintos — Mario Tronti, Walter Benjamin e Michel Foucault — sendo conveniente delinear com algum detalhe as suas premissas essenciais.

Ao combinar algumas das categorias desenvolvidas por Marx com vários inquéritos conduzidos nas maiores fábricas italianas ao longo da década de 1960, Mario Tronti propôs uma inversão de perspectiva no que toca à interpretação histórica da conflituosidade social, deslocando-a da margem para o centro do modo de produção capitalista:

Também nós próprios começámos por ver primeiro o desenvolvimento capitalista e só depois as lutas operárias. É um erro. Tem de se inverter o problema, mudá-lo de sinal, recomeçar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas tem de fazer corresponder o mecanismo político da sua própria produção.¹⁸

18 Mário Tronti, *Operários e Capital* (Porto: Afrontamento, 1976), 93.

Marx havia empregado o conceito de mais-valia (*Mehrwert*) para designar a diferença entre o valor consumido e o valor produzido durante uma jornada de trabalho, estabelecendo uma distinção entre o capital constante (correspondente à maquinaria, energia e matérias-primas) e o capital variável (correspondente aos salários). Enquanto o primeiro se limitaria, na sua perspectiva, a transferir para as mercadorias produzidas parte do seu valor, mantendo inalterada a respectiva magnitude, o segundo seria responsável pela criação de um novo valor, ao assegurar o dispêndio de uma quantidade de trabalho superior à que seria necessária para a simples reprodução dos trabalhadores. Isso levou-o a conferir um papel decisivo ao trabalho assalariado e, simultaneamente, a desvelar a sua dupla condição, enquanto uma mercadoria com um valor de uso superior ao seu valor de troca e enquanto uma classe social capaz de agir colectivamente no contexto do processo histórico. Foi por isso na articulação entre mais-valia absoluta (quando o aumento da taxa de lucro implica necessariamente uma redução do salário real ou uma extensão da jornada laboral) e mais-valia relativa (quando o incremento da produtividade permite aumentar a taxa de lucro sem diminuir o salário real) que Marx situou o eixo central das sucessivas transformações do modo de produção capitalista.¹⁹

Ao identificar nas lutas operárias o elemento dinâmico por trás das oscilações da taxa de lucro — pela sua capacidade de suspender a produção de valor e bloquear a reprodução ampliada do capital —, Tronti interpretou fenómenos como o incremento da composição orgânica do capital, a expansão do sistema financeiro ou a legislação laboral enquanto respostas ensaiadas para as recuperar e absorver, integrando-as nos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo. Longe de reduzir o Estado a um mero guarda-nocturno dos interesses privados, esta abordagem convida-nos a interpretar as incessantes inovações políticas, jurídicas e técnicas da modernidade à luz do antagonismo entre trabalho e capital, combinando Economia Política e História Social para compreender a articulação entre as mudanças ao nível do Estado e as transformações ao nível das relações de produção.

Colocar as lutas operárias no princípio do desenvolvimento capitalista apresenta contudo inúmeros desafios. Desde logo, a invocação da “classe trabalhadora” implica frequentemente a sua conversão numa categoria transcendente, à qual se atribuem infinitas propriedades difíceis

19 Karl Marx, *Capital*, Vol.1 (Londres: Penguin, 1976), 643-654.

de definir rigorosamente, que vão da sua “consciência” à sua “missão histórica”, fazendo-a deslizar para o poço sem fundo das “determinações em última instância”. Uma historiografia que não renuncie aos sujeitos colectivos — sejam eles a classe dos trabalhadores, o povo da nação ou os cidadãos da República — deve por isso munir-se de cuidados redobrados no momento de os fazer “agir” ou “lutar”, sem perder de vista essa “alquimia misteriosa” correspondente ao “mistério do ministério”, pela qual “o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo”.²⁰ Ainda que não apresente garantias de resolver inteiramente esses problemas, a abordagem que preside a este livro procura situar rigorosamente as lutas sociais no espaço e no tempo, utilizando criticamente as fontes e identificando as instâncias de enunciação de cada discurso, assumindo que as estruturas organizativas não correspondem a um simples prolongamento dos trabalhadores, mas operam num campo de produção simbólica denso, atravessado por estratégias e combates de vária ordem.

É por isso necessário complementar as reflexões de Tronti com outras categorias elaboradas no contexto do “operaísmo” italiano, uma experiência mais ampla de intervenção política e elaboração teórica protagonizada, na década de 1960, por autores como Raniero Panzieri, Romano Alquati, Antonio Negri ou Sergio Bologna. Foi nesse âmbito que surgiu, nas páginas de revistas como *Quaderni Rossi* ou *Classe Operaia*, o conceito de “composição de classe”, através do qual se procurou dar conta de duas dimensões fundamentais: 1) a composição técnica da classe operária, relacionada com a configuração tecnológica da organização do trabalho e a composição orgânica do capital; 2) a composição política da classe operária, enquanto o conjunto das suas formas subjectivas de comportamento no interior do processo produtivo.²¹ Empregue para interpretar um período histórico em que a noção de “classe social” foi convertida num significante denso e inscrita na gramática política dominante, o conceito de “composição de classe” elaborado no âmbito do operaísmo italiano será aqui objecto de uma apropriação crítica. A composição de classe que tomou forma no contexto português correspondeu a uma realidade heterogénea, abarcando trabalhadores assalariados da indústria, dos serviços e dos campos do Sul, durante um ciclo de lutas sociais iniciado em 1968 e

20 Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 2001), 138-158.

21 Uma abordagem sucinta ao *Operaísmo* e ao conceito de composição de classe pode ser encontrada em: Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado: O Nome e a Coisa* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1984), 100-104.

encerrado no final de 1975. Como se procurará demonstrar, as distinções entre diferentes contextos laborais tenderam a esbater-se ao longo dessa sequência diacrónica, no decurso da qual modalidades de mobilização colectiva e repertórios de protesto comuns deram forma a um sujeito colectivo de fisionomia ampla. Os seus principais traços resultaram da combinação entre uma industrialização particularmente acelerada, relações laborais extremamente rígidas e um enquadramento repressivo que tendia a converter todas as reivindicações em casos de polícia. Tudo isso contribuiu para o processo de radicalização cumulativa que colocou em causa a estrutura do capitalismo português e, nomeadamente, o poder dos grupos económicos que dominavam o sector bancário. É a essa luz que devemos ler a referência aos trabalhadores bancários no Decreto-Lei n.º 132-A/75.

Mas se as lutas sociais foram um elemento incontornável desta história, é necessário ter em conta a natureza específica da sua relação com o Estado. A esse respeito, as teses de Walter Benjamin *Sobre o conceito de História*, redigidas em 1940, contêm alguns elementos fundamentais para pensar o Direito e a Soberania. A oitava tese contém uma passagem particularmente relevante a esse nível:

A tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de excepção” em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a esta ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de excepção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará.²²

Esta formulação deve ser lida à luz de um diálogo — improvável mas profusamente documentado — com o pensamento do jurista Carl Schmitt, simpatizante do nacional-socialismo.²³ Céptico relativamente à abordagem positivista do Direito, Schmitt assinalara a origem teológica do dispositivo conceptual da soberania moderna, postulando que “o soberano é aquele que decide sobre o estado de excepção”.²⁴ Algumas

22 Walter Benjamin, *O Anjo da História* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2010), 9-20.

23 Sam Weber, “Taking Exception to Decision: Walter Benjamin and Carl Schmitt”, *Diacritics*, Vol. III-IV, n.º 22 (1992): 5-18.

24 Carl Schmitt, *Political Theology, Four Chapters on the Concept of Sovereignty* (Chicago: University of Chicago Press, 2005), 5.

reflexões prévias de Benjamin, publicadas em 1921, haviam já tentado discernir, ocultas sob a roupagem de categorias transcendentais, como Soberania ou Propriedade, a imanência de relações sociais de exploração e opressão cuja gênese violenta o Direito procurara institucionalizar.²⁵ Anos mais tarde, a propósito da figura do soberano no drama trágico alemão, Benjamin inspirou-se em Schmitt para sustentar que o propósito clássico do estado de exceção (*ausnahmestand*) seria “colocar as férreas leis da natureza no lugar do instável acontecer histórico”.²⁶ A oitava tese *Sobre o conceito de história* dava assim continuidade a uma reflexão de largo fôlego, no quadro de uma interpretação da modernidade enquanto um tempo moldado por “todas as vitórias que algum dia couberam às classes dominantes”, naturalizado através do recurso à noção de “progresso”. À noção ilusória de um tempo “homogêneo e vazio”, Benjamin contrapôs a necessidade de interromper o fluxo homogêneo da história, através de um “salto dialético” correspondente à ideia de revolução. Provocar “o verdadeiro estado de exceção” equivaleria por isso a suspender a aplicação do Direito e virar o mundo ao contrário, devolvendo a iniciativa histórica ao proletariado, enquanto legítimo herdeiro da “tradição dos oprimidos”.²⁷

Giorgio Agamben apropriou-se recentemente destas categorias para identificar, nos fundamentos conceptuais do Estado, e, particularmente, na noção de Soberania, um conjunto de ficções políticas cujo propósito último é legitimar as formas de violência conduzidas no âmbito dos aparelhos estatais, deslegitimando as que se lhe opõem.²⁸ A noção de um “verdadeiro Estado de exceção” surge assim enquanto um instrumento para pensar a Soberania enquanto uma ficção, decifrando os mecanismos que sustentam o exercício da autoridade do Estado e problematizando o nexos entre “legitimidade” e “legalidade” que está na base do Direito. Isso permite, por sua vez, reabrir a interpretação de alguns momentos particularmente dramáticos do processo revolucionário — como o “28 de Setembro” ou o “11 de Março” —, nos quais a luta política extravasou os limites institucionais, ameaçando precipitar-se em guerra civil. Ao inquirir acerca dos mecanismos que suportam o monopólio do Estado

25 “Sobre a crítica do poder enquanto violência” in Walter Benjamin, *O Anjo da História* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2010), 49-71.

26 Walter Benjamin, *Origem do Drama Trágico Alemão* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2004), 68.

27 Michael Löwy, *Fire Alarm: Reading Walter Benjamin's On the Concept of History* (Londres: Versobooks, 2006), 57-60.

28 Giorgio Agamben, *Estado de Exceção* (Lisboa: Edições 70, 2010).

sobre a violência legítima, torna-se possível identificar as condições em que o seu aparelho coercivo pode ser desafiado pelo ímpeto da mobilização colectiva e paralisado em momentos específicos. A proposta de Benjamin convida-nos assim a encarar a nacionalização da banca à luz do problema mais vasto da Soberania.

Isso convoca, por sua vez, algumas das reflexões desenvolvidas por Michel Foucault num curso proferido no *Collège de France* entre 1977 e 1978. Identificando o conceito de Governamentalidade enquanto um elemento constitutivo da Soberania nos alvares da modernidade, Foucault procurou analisar o Estado enquanto um campo de tensões definido por distintas “táticas de governo”, sinalizando a respectiva plasticidade.

Por governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora complexa, de poder, que tem por alvo principal a população, que tem por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. [...] É provável que, se o Estado existe hoje tal como existe, seja precisamente graças a essa governamentalidade que lhe é simultaneamente interior e exterior, uma vez que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é estatal e o que não é estatal. Portanto, se quiserem, o Estado na sua sobrevivência e o Estado nos seus limites, não devem ser compreendidos senão a partir das táticas gerais da governabilidade.²⁹

Foucault empenhou-se particularmente em analisar a emergência de conceitos como Território e População, relacionando-a com o desenvolvimento da Economia Política. Esse foi, de resto, o objecto inicial do curso que proferiu no ano seguinte, tendo nesse contexto ensaiado uma reflexão da maior importância para os problemas com que se confronta este livro. Ao assinalar, numa lição proferida a 31 de Janeiro de 1979, a adesão do Partido Social-Democrata alemão a um conjunto de princípios liberais após a Segunda Guerra Mundial, Foucault sustentou que não existia uma governamentalidade — ou seja, “uma consideração razoável da extensão, das modalidades e dos objectivos da acção governamental” —

29 Michel Foucault, “A Governamentalidade” in *A Política dos Muitos*, org. José Neves e Bruno Dias (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 132-133.

especificamente “socialista”, o que conduzia os socialistas a ter que optar entre um modelo de governamentalidade liberal e um Estado policial.⁵⁰ Isso levou-o a interrogar-se acerca do que poderia ser uma governamentalidade “estrita, intrínseca e autonomamente socialista”, concluindo que esta não poderia ser deduzida de qualquer texto clássico, mas teria que ser inventada. Ao longo deste livro, a nacionalização da banca e o conjunto de problemas relacionadas com a intervenção do Estado na economia serão abordados no sentido de procurar responder ao desafio enunciado por Foucault. Mais especificamente, será explorada a hipótese de que um tipo de governamentalidade especificamente “socialista” foi esboçado no contexto do processo revolucionário português, tomando como objecto de análise privilegiado a intervenção do Estado na economia e os projectos elaborados para a reconversão do sector bancário. A questão do cálculo económico, objecto de uma antiga querela entre liberais e marxistas, tornou-se nesse contexto um problema de ordem prática para os gestores da banca nacionalizada, pelo que um inquérito às diversas tácticas de governo ensaiadas a partir de Março de 1975 permitirá identificar os sucessivos esforços levados a cabo para reactivar, a partir da esfera financeira, os fundamentos da soberania.

*

Todas as revoluções partilham entre si traços comuns, que autorizam a identificação de um parentesco. É sabido que os republicanos franceses pensaram repetir, em 1848, o drama protagonizado por Robespierre e Saint-Just cinquenta anos antes, da mesma maneira que Lenine não hesitou em definir os bolcheviques enquanto “jacobinos proletários” e Kissinger prognosticou a Mário Soares, em 1974, o destino conhecido por Kerensky em 1917. Apesar desta invocação de precedentes históricos ser inequivocamente sedutora, é necessária alguma prudência no momento de abordar cada período específico, sob pena de perder de vista o respectivo contexto. Nesse sentido, é imperioso colocar a revolução portuguesa de 1974-75 no seu tempo e no seu espaço: o fim do longo ciclo de crescimento económico posterior à Segunda Guerra Mundial, marcado pela crise do regime de acumulação Fordista e do arranjo institucional desenhando na conferência Internacional de Bretton-Woods; o período de desanuviamento da “Guerra Fria”, um conflito geopolítico de carácter não-convenicional entre duas grandes potências militares, os Estados Unidos da

50 Michel Foucault, *O Nascimento da Biopolítica* (Lisboa: Edições 70, 2010), 123-127.

América e a União Soviética; a região Sul de um continente onde estava em curso um processo de integração económica e política conduzida no âmbito da Comunidade Económica Europeia. Sem ter presente esta tripla inscrição contextual e as múltiplas consequências que daí resultaram, torna-se impossível compreender tudo aquilo que se jogou ao longo do processo revolucionário português, uma vez que a crise económica mundial, a movimentação (nem sempre diplomática) das super-potências e as relações políticas e económicas com outros países europeus pesariam consideravelmente durante esses dezoito meses.

Ainda que a sua etimologia astronómica — o movimento elíptico de um corpo celeste sobre si próprio³¹ — possa sugerir o contrário, as revoluções são labirintos repletos de encruzilhadas, com múltiplos desenlaces possíveis. Durante uma revolução a situação política pode alterar-se profundamente no espaço de poucos dias, tornando inevitável o que parecia impossível e impossível o que parecia inevitável, num quadro sujeito a permanentes flutuações. É por isso imprescindível compreender o que esteve em jogo a cada momento, quais as motivações dos diferentes actores e à luz de que considerações elaboraram as suas estratégias. Em vez de isolar os principais problemas e interrogações que a nacionalização da banca convoca — fazendo deles outros tantos capítulos temáticos — ou de narrar simplesmente os acontecimentos seguindo a respectiva sequência temporal, este livro segue uma organização simultaneamente cronológica e temática.

O primeiro capítulo é dedicado à caracterização da estrutura económica e social portuguesa anterior ao 25 de Abril, assinalando o esgotamento do modelo de industrialização português do pós-guerra e o impacto da crise económica mundial da década de 1970, bem como as dinâmicas de conflituosidade social e política que caracterizaram o período do “Marcelismo”. No segundo capítulo é abordada a vaga de lutas sociais que se seguiu ao golpe militar de 25 de Abril, com uma expressão significativa à escala nacional, mas particularmente intensa na cintura industrial de Lisboa. O terceiro capítulo passa em revista as principais coordenadas políticas e económicas do período que seguiu ao derrube da ditadura, dominadas pelo conflito que opôs o General Spínola à Coordenadora do Programa do MFA. O quarto capítulo debruça-se sobre o embate, decisivo para a radicalização do MFA e da Revolução portuguesa, ocorrido no final de Setembro de 1974, a pretexto da manifestação da “Maioria

31 Hannah Arendt, *Sobre a Revolução* (Lisboa: Relógio d'Água, 2001), 48-69.

Silenciosa”. O quinto capítulo assinala a deslocação da formação social portuguesa para a esquerda durante o Outono e Inverno de 1974-75, traduzida no reforço da intervenção do Estado na esfera económica e na emergência de uma segunda grande vaga de conflitos sociais no interior das empresas. O sexto capítulo analisa o golpe militar derrotado de 11 de Março, seguindo as várias ramificações conspirativas e dando conta das suas implicações mais relevantes. No sétimo capítulo são identificados os principais eixos da política económica no contexto das nacionalizações, analisando os debates sobre o “controlo operário” e outros processos de transformação das relações de propriedade. O oitavo capítulo ocupa-se especificamente da gestão do sistema bancário e dos projectos elaborados para a sua reestruturação, no quadro de uma projectada “transição para o socialismo”. O nono capítulo aborda o “Verão Quente” de 1975, dando particular destaque aos conflitos que emergiram no interior das organizações sindicais, culminando nas eleições realizadas no final de Agosto de 1975 no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. O décimo capítulo aborda a fase final do processo revolucionário, analisando as principais decisões tomadas pelo VI Governo Provisório e passando em revista a situação económica no epílogo da Revolução portuguesa. A conclusão regressa às hipóteses interpretativas aqui elencadas, desenvolvendo o seu alcance e implicações, para além de providenciar uma síntese geral do tema.

Situado algures entre o tempo longo da segunda metade do século XX e o tempo curto da crise revolucionária de 1974 e 1975, entre o peso das estruturas e a vertigem dos acontecimentos, este livro ocupa-se de uma conjuntura histórica densa, polarizada por projectos políticos antagónicos e marcada por uma percepção difusa, partilhada pelos diversos protagonistas, de que as suas implicações seriam duradouras. Resgatar do esquecimento essa densidade — reconstituindo o período a partir dos combates que o caracterizaram — implica ir além das abordagens que se afadigam em dar conta do processo revolucionário português no registo celebratório da “estabilidade” e da “normalização” que se teria sucedido aos “excessos de Abril”.³² Assumir plenamente a dimensão política dessa opção será, porventura, a condição primeira para levar a cabo um esforço historiográfico rigoroso, visto que quarenta anos não bastaram para que a revolução portuguesa deixasse de ser um passado carregado de agora.

32 Luís Trindade, “Os excessos de Abril”, *História*, n.º 65 (2004): 20-31.